

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS ALTERIDADES DO CAMPESINATO

GIVANILTON DE ARAÚJO BARBOSA¹²

RESUMO

A Educação do Campo é uma Política Educacional brasileira das populações camponesas, do campesinato para as bases curriculares de suas escolas. Este estudo objetiva revisitar a Política de Educação do Campo, além do Campesinato e os Movimentos Sociais do Campo. A metodologia reside na Pedagogia da Alteridade, revisão bibliográfica do Movimento de intelectuais da Educação do Campo e da apresentação de uma sequência fotográfica. Por fim a Educação do Campo representa as demandas do Campesinato brasileiro.

Palavras-chave: Campesinato. Movimentos Sociais. Educação do Campo. Política Educacional. Formação de Educadores

ABSTRACT

Field of Education is a Brazilian Educational Policy for peasant populations, from the peasantry to the curricular bases of their schools. This study aims to revisit the Field Education Policy, in addition to the Peasantry and Field Social Movements. The methodology resides in the Pedagogy of Alterity, a bibliographical review of the Field Education Intellectual Movement and the presentation of a photographic sequence. Finally, Field Education represents the demands of the Brazilian Peasantry.

Keywords: Peasantry. Social movements. Field Education. Educational politics. Educator Training

¹² Mestre em Antropologia Social - UFPB.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma Política Educacional brasileira das populações camponesas, do campesinato para as bases curriculares de suas escolas. Dessa maneira, consiste tanto na formação escolar da população que reside no campo quanto na formação de seus educadores e educadoras. A Educação do Campo tem muito a contribuir com a formação de seus sujeitos, pois ela reside no cotidiano dos sujeitos locais que atuam em diferentes frentes de produção agrícola familiar, como por exemplo, através da agricultura familiar.

O surgimento da Educação do Campo se deu através dos movimentos sociais do campesinato, na elaboração de sua matriz curricular educacional para a valorização das práticas sociais políticas e culturais e econômica dos sujeitos do campo enquanto formadoras de sua própria base de existência. Assim, a Política de Educação do Campo organizou-se por diferentes projetos como as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em suma, Programas como o de Apoio a formação superior em licenciatura em Educação do Campo (Procampo), Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) que ocorreu em 1997 organizado pelo MST e com apoio da Universidade de Brasília (UnB), e outras Universidades e entidades.

Como movimentos intelectuais, em 1998, foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional, ainda em 1998 foi realizado a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, já em 2004 esse movimento de intelectuais se reforça denominado “Por uma Educação básica do Campo”.

Por conseguinte, a história do Campesinato pode contribuir com a formação atual dos sujeitos, nele reside, portanto a diversidade sociocultural dos povos do campo, bem como a história das Ligas Camponesas que teve repercussão em regiões do Brasil, por sua vez, emergiu-se dela sujeitos como João Pedro Texeira, Elizabeth Texeira e outros que reverberaram contra a precarização das condições de trabalho, luta pela terra e expulsões impostas pelos grandes latifúndios.

Em suma, a precarização das condições da vida social no campo se deu pelos projetos de disputas pela terra, tendo os grandes latifúndios representados hoje pelo agronegócio. Dessa forma, projeta-se nacionalmente, no caso brasileiro o agronegócio através da mecanização das forças produtivas agrícolas, o uso da terra como mercadoria, produção de monoculturas e commodities de exportação, imposição do regime de assalariado impondo

a linguagem de modernização do campo.

Por outro lado, estavam os pequenos agricultores familiares, com suas pequenas propriedades mantiveram resistindo no campo, embora o êxodo rural superlotasse as áreas urbanas, tendo assim a cidade como modelo de modernização da sociedade, precarizando cada vez mais a vida social dos camponeses que permaneceram residindo nas comunidades rurais.

Portanto, o objetivo deste estudo é de revisitar a Política de Educação do Campo. Já os objetivos específicos situam em apresentar o Campesinato e Movimentos Sociais do Campo, identificar a sua definição, revisar seus princípios e analisar os resultados alcançados. Já a metodologia tem como base a Pedagogia da alteridade que apresenta formas de abordagens de estudar a Educação do campo através de revisão bibliográfica e contextualização por escrita e com imagens fotográficas por uma fotoetnografia com base na antropologia visual e na Sociologia da fotografia e da imagem.

1. Caminhos metodológicos

A metodologia reside na noção de Pedagogia da Alteridade, conforme sinalizou Rodrigues:

Na busca pela apropriação do saber historicamente acumulado e da consciência crítica da realidade, espera-se que a educação escolar possa contribuir para o processo de transformação social orientada pelo movimento de socialização da cultura [...]. A pedagogia da alteridade implica, portanto, um movimento que prioriza o processo e as relações que se desenvolvem entre os membros da classe trabalhadora. Mas é importante refletir-se sobre o sentido desse processo e dessas relações (Rodrigues, 2012, p. 108).

Quanto ao estudo metodológico da Educação do Campo residiu na seleção bibliográfica do decreto da política de Educação do Campo (Brasil, 2010), do Movimento de intelectuais “Por uma Educação do Campo” (Fernandes e Molina, 2004), Arroyo (1999; 2007), Alencar (2010; 2015), Brandão (2019), Caldart (2004), Souza (2008), Santos (2017). Já o estudo do Movimento dos Atingidos por Barragem se deu por Reis (2007), Medeiros (2010), Santos (2015).

Outro recurso metodológico foi usado no final deste estudo, o da sequência de imagens fotográficas pela fotoetnografia com o objetivo de contextualizar visualmente a localidade pesquisada, já o uso das fotos se ampara com a perspectiva da Educação do Campo e do Campesinato. As fotografias foram aplicadas também enquanto fontes de pesquisas antropológicas e sociológicas.

Ou seja, o estudo dessas fotografias também se amparou na Antropologia visual (MEAD, BATESON, 1942) e na Sociologia da fotografia e da imagem (MARTINS, 2019), onde a primeira consiste em investigar as práticas culturais mais locais e a segunda na investigação acerca das relações sujeitos e sociedade, onde ambas se concatenam, podendo criar resultados satisfatórios através da identificação de grupos sociais e suas atuações no território.

No percurso de alteridade, por exemplo, foram criadas diferentes abordagens teóricas e metodológicas ao longo da história da antropologia; entre elas os usos da fotografia na produção de conhecimento antropológico. Dessas múltiplas abordagens estão as de Boas a partir de 1883, com a expedição no norte do Canadá na ilha de Baffin para estudar a cultura dos esquimós; a de Malinowski a partir de 1914 e de sua etnografia intitulada *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922) sobre as ilhas Trobiand e da cultura trobiandesa; e de Margaret Mead e Bateson sobre a cultura balinesa (1942).

Não obstante, outro exemplo se deu na dissertação de Barbosa (2021), através de sequencia fotoetnográfica relatou a trajetória de uma comunidade atingida por barragem do Estado da Paraíba, bem como da fotoetnografia em reassentamento (Barbosa, 2021) onde buscou identificar as condições socioculturais e atividades produtivas das famílias em agrovilas.

Portanto, quanto à produção dos registros fotográficos, da seleção e montagem da sequencia fotoetnográfica, bem como do conceito de fotoetnografia (Achutti, 1997), se fundamentam a partir das experiências das imagens fotográficas nas pesquisas antropológicas e sociológicas (Barbosa [et al.], 2016), (Martins, 2019).

E por fim, o conceito de fotoetnografia (Achutti, 1997) é definido através de um estudo etnográfico sobre o tema acompanhado de imagens fotográficas, a montagem pode ser de diferentes formas, do texto escrito seguido lado a lado com as fotografias, pelo conjunto de imagens acompanhadas ou não de notas etnográficas ou por sequência fotográfica, ou seja, todas podendo permitir que, tanto o texto escrito quanto as imagens fotográficas ofereçam diferentes leituras, onde cada uma aborda o contexto social pesquisado, suas múltiplas abordagens e contribuições na pesquisa.

Portanto, o presente estudo está dividido nos seguintes momentos. A introdução acompanhada dos objetivos e metodologia, o segundo momento trata dos fundamentos da política de Educação do Campo e do Campesinato, o terceiro momento apresenta a Educação do Campo e os movimentos sociais do campesinato e do Movimento dos Atingidos por barragem no Brasil e da identificação etnográfica da comunidade estudada em reassentamento agrovila, em seguida foi apresentado algumas considerações acompanhada da fotoetnografia por meio da sequencia fotográfica e por fim as referencias bibliográficas que foram usadas para o presente estudo.

2. Fundamentos da Política de Educação do Campo e do Campesinato

A Educação do Campo consiste no estudo dos processos de contextualização dos modos de vida de camponeses e sua relação com seus territórios, essas ações estão vinculadas à legislação educacional que permite a garantia dessa prática educacional imbricada aos movimentos sociais do campo históricos e atuais com novas demandas. Ou seja, enquanto política educacional busca se inserir nos currículos escolares das Escolas do Campo substituindo currículos urbanocêntricos.

Nada obstante, o Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2010) define a Política de Educação do Campo, representa uma conquista dos povos do campo, pois tem como fundamento a origem das experiências dos povos do campo ao longo do processo de lutas com os movimentos sociais camponeses, é também resposta às desigualdades educacionais e da ausência de escolas de qualidade que garantissem o direito desses povos à educação de qualidade e que contemplando também a cultura e seus modos de vida. Portanto, foram elaborados princípios que fundamentam a Educação do Campo como também sua Política Educacional tornando indispensável o Art: 2º afirmando:

I - Respeito à diversidade do camponês: em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - Incentivo à formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (Brasil, 2010, p. 2).

Para Fernandes e Molina (2004, p. 4), o campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território - como espaço político onde se realizam determinadas relações sociais transformado em projeto de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental contribuindo para transformar a realidade, ou seja, trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e

na escola, leva em conta a alteridade e valoriza os conhecimentos da prática social e expressa uma nova concepção de vida quanto ao campo.

A Educação do Campo (Souza, 2008, p, 1090) valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social. A autora também afirma que:

Educação do Campo é um direito dos povos do campo, respeitando as organizações sociais e o conhecimento por elas produzido enquanto produção de cultura, na formação dos sujeitos com formação humana para o desenvolvimento sustentável com respeito às características do campo (Souza, 2008, p. 1097).

Segundo Souza e Pedon (2007, p. 136), ao colocar em questão a organização da sociedade, Campesinato e Cidade, “os movimentos sociais tomam formas variadas, ou seja, essa diversidade de movimentos expressa à complexidade tanto da cidade, mas também do campo”. Tido como um dos terrenos importantes para inserção reflexiva às relações entre espaço e sociedade.

2.1. O Campesinato

O Campesinato tem suas formas variadas, inúmeras expressões sociais e particularidades culturais, a ele residem conceitos e definições como:

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009 Apud Wanderley, p. 26, 2015).

Ou seja, de um lado temos a Educação do Campo é uma política educacional que busca corresponder aos anseios dos povos do campo ao fazer a sua própria Educação curricular, em oposição ao Estado ter a tutela da Educação desses povos e sim, cabendo ao Estado de financiamento dessa Educação e não de sua tutela (Caldart, 2004). Outro aspecto importante de ser revisado se dá na existência do campesinato como forma social, política de resistência dos sujeitos que residem e moram e trabalham no campo com as suas

particularidades como o trabalho familiar, as práticas associativas e cooperativistas.

Do outro lado temos a Educação rural, forma pela qual busca descontextualizar e desqualificar os povos do campo, com uma grade curricular urbanocêntrica aplica-se ela as escolas do campo (Alencar, 2010; 2015). Outro fator que está em detrimento ao campesinato é o agronegócio, que visa o uso da terra como mercadoria, produção de monoculturas do agroexportador.

Com a sua lógica de desenvolvimento do meio rural e inovação agrária, a Educação rural produz exclusão social, pobreza e escassez ao campesinato, desvalorização da vida social do campo e trata os camponeses como povos atrasados. Nessa disputa, o agro também busca validar seu projeto de Educação rural e curricular para as escolas rurais.

A Educação do Campo possui inúmeras contribuições para a formação das populações camponesas, pois tem origem do Campesinato, ela também resulta na valorização da forma social do Campesinato, tendo em vista que este:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva voltados para as necessidades da família quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (Wanderley, p. 26, 2015).

Dessa maneira, tendo em vista que a Educação do Campo surge das diversas matrizes da diversidade cultural buscando expressar valores e resistência, dos projetos de Educação dos movimentos sociais do campo como o movimento dos trabalhadores sem terra, Movimento dos pequenos agricultores, do Movimento dos Atingidos por Barragem e outros, destaca-se, por exemplo, a Pedagogia dos povos atingidos por barragem com o seu projeto de Educação voltado à organização das comunidades ribeirinhas atingidas.

3. Movimentos Sociais do Campesinato: os Atingidos por Barragem no Brasil

O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) é um dos movimentos sociais do Brasil, sobretudo vinculado aos camponeses e ribeirinhos que tem seus territórios ocupados por implantação de barragens; o MAB historicamente vem construindo sua trajetória ao lado das populações ribeirinhas camponesas que são deslocadas por esses megaprojetos hídricos nas principais bacias hidrográficas brasileiras; já as barragens implantadas se deram com as primeiras hidrelétricas para produção de energia elétrica e atualmente vem se intensificando barragem para abastecimento de água de centros urbanos.

Segundo Reis (2007), no Brasil o movimento dos atingidos por barragens teve início no final da década de 1970 na região do alto Uruguai-RS devido aos prejuízos das grandes implantações de empreendimentos hidrelétricos sobre diversas comunidades ribeirinhas e seus direitos violados,

É um movimento de luta constante junto aos atingidos com elaboração de inúmeras pautas de reivindicação perante aos órgãos oficiais do Estado brasileiro na reconstrução de infraestrutura de educação, saúde, habitação digna para exercício de uma plena cidadania. No decorrer de sua atuação junto às populações para consolidação desta causa, elaboraram sua própria política de mobilização (REIS, 2007, 473).

Para Santos (Vainer, 2008 apud Santos, 2015, p. 116), o conceito de “atingido” diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos de seus detentores. Ou seja, para os autores é “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo e em alguns casos como legal seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”. O termo atingido é disputado em diferentes instâncias:

I - No campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios; II - No seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade; III - No meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito (Santos, 2016, p. 116).

Como princípio norteador, o processo histórico dos atingidos se deu no período de redemocratização política do Brasil por volta de 1970, ou seja, permitiu a emergência das primeiras reivindicações dos atingidos pelas grandes obras por reparações, a resposta do Estado passa a se materializar por meio de ações indenizatórias do que na perspectiva de construção de direitos e de justiça ambiental. “É necessário considerar, então, se a disputa pelo preenchimento da noção de “atingido” por barragens representa elemento estratégico no processo de afirmação de direitos humanos e de que forma isso se dá” (Santos, 2015, p. 116).

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) surge de lutas locais, como resposta à política nacional de energia de matriz hidrelétrica, que desalojava compulsoriamente os moradores de áreas a serem atingidas ou com o alagamento do reservatório, ou com a construção da estrutura das barragens em si (Santos, 2015, p. 117).

Outro conceito de atingido segundo Santos (2016, p. 117), é pelo fato dos empreendimentos do setor hídrico considerado como importantes para o desenvolvimento dos negócios e da economia brasileira, já a população atingida por esses empreendimentos é tratada pelo

poder dominante como “empecilho ao progresso e, acuadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho”. A qualidade da terra que conseguem comprar ou para onde são reassentados quase nunca tem as mesmas propriedades e qualidades que a terra anterior, que foi desocupada pelo empreendimento. A perda da qualidade de vida na realidade da população atingida, que inclui a perda de qualidade ambiental.

O surgimento da categoria social “atingidos” segundo Santos (2015, p. 122), também está relacionada à valorização de identidades individuais e coletivas de interações sociais, políticas e culturais de um povo que se constroem ao longo da vida apresentando como forma de resistência individual e coletiva.

3.1. A Comunidade atingida pela implantação da barragem de Acauã

A antiga comunidade sítio Cajá se localizava na zona rural do município de Itatuba, agreste do Estado da Paraíba, o centro da comunidade situava-se nas margens do Rio Paraibinha, afluente da bacia hidrográfica do rio Paraíba, existia cerca de 260 famílias. A partir da década de 1970, iniciou-se a reestruturação da infraestrutura do local, isto é, construção de equipamentos públicos como escolas, posto de saúde, praça comunitária com TV, lavanderia comunitária, campo de futebol, igrejas católica e protestante, cemitério, associação/moinho de pequenos produtores rurais.

As famílias proprietárias de terras ou herdadas relatam com orgulho sobre suas vidas construídas junto ao povoado as margens do rio paraibinha, dessa maneira tendo como principal atividade a agricultura familiar que plantavam seus roçados de milho feijão, jerimuns. Também havia a criação animais como bovinos, ovinos, caprinos, suínos, aves; havia também a prática da apicultura e outras atividades que produziam de acordo com suas necessidades. Havia poucos produtores rurais que eram tidos como “fazendeiros”, aqueles detentores de grandes recursos econômicos e materiais com grandes criações de animais/bovinos, plantações de algodão e milho.

Já a implantação da Barragem Argemiro de Figueiredo (Barragem de Acauã) foi iniciada por volta do ano 2000 que foi finalizada em 2002, ela se localiza no percurso do Rio Paraíba, no Município de Itatuba-PB. A barragem é resultante da política de segurança hídrica do governo Estadual e Federal, respectivamente é destinada ao abastecimento de água para aproximadamente 16 centros urbanos, inclusive Campina Grande. Nesse mesmo período foi construído pelo Estado, com apoio do governo municipal, um reassentamento em formato de 3 agrovilas para a acomodação do deslocamento da comunidade, cerca de 3 km do lugar ribeirinho.

As famílias começaram a se mudar para agrovila a partir do ano 2002. Atualmente o reassentamento sítio Cajá de Itatuba-PB, houveram famílias que se mudaram para a zona urbana e outras famílias se deslocaram para residir em outras cidades devido à ausência de geração de trabalho e renda. Segundo os moradores que residem no reassentamento agrovilas, as casas são de baixa qualidade havendo a necessidade de reparos periodicamente, ao certo, são pré-moldadas, as terras são impróprias para atividades agrícolas, não tem terras suficientes para a criação de aves e animais e para as demais atividades agrícolas.

Dessa maneira, a antiga comunidade ficaram residindo cerca de 15 família na parte mais alta onde a barragem não alagou. Todavia, foi constatado que nos reassentamentos, particularmente no sítio Cajá de Itatuba-PB, que há baixa qualidade de abastecimento de água da barragem, limitações para o acesso a essa água da barragem como interrupções diárias, falta de manutenção de instalações hidráulicas e outras.

Nesse percurso, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) vem mantendo o dialogo com as famílias da comunidade desde o ano 2000, os diálogos se estendem com as negociações com os governos municipal Estadual e com o Ministério Público Federal, na busca de provimento de políticas públicas, principalmente ao acesso a água potável, de reconstrução de equipamentos públicos como escola, posto de saúde, a praça, do cemitério, bem como políticas de melhorias das condições sociais do reassentamento. Através desses diálogos o MAB destacou quem vem sendo conquistadas políticas compensatórias e de melhoria da localidade.

Atualmente, tanto o reassentamento quanto a antiga localidade vem recebendo a reconstrução de equipamentos públicos, melhoria do abastecimento de água através de instalações hidráulicas enquanto políticas públicas compensatórias, que ao mesmo tempo amenizam os efeitos e perdas de deslocamentos provocados pela barragem. Outras políticas compensatórias são calçamento das principais ruas, cisternas, canalização de água, reservatório coletivo de distribuição de água. Já a pesca do peixe na barragem se tornou uma atividade intermitente devido ao baixo volume da barragem, tornando-se insegura para a fonte de trabalho e renda.

4. CONSIDERAÇÕES

A Educação do Campo é o resultado de demandas sociais específicas do campesinato brasileiro, ou seja, surge do Campesinato, das Ligas Camponesas, dos Movimentos Sociais do Campo, do MST, da Pedagogia do Movimento dos Atingidos Por Barragem, do Movimento de Intelectuais comprometidos com a Educação Básica do Campo e de Melhorias das Escolas do Campo.

É de suma importância entender o processo de formação da Política de Educação do Campo, pois ela ainda reside no processo de sua efetivação nos currículos das Escolas do Campo. Essa Educação do Campo já existe, ela está no cotidiano dos sujeitos locais, no dia a dia das comunidades, na cultura, nos saberes e fazeres, na memória coletiva, nas histórias de vida, e nas práticas culturais dos camponeses, na sua forma de trabalho, no lazer, nas práticas associativas e nas práticas cooperativistas, enfim, parte de princípios como o diálogo, participação coletiva e democratização.

Ao longo do tempo houve vários Movimentos Sociais do Campo, o Movimento dos atingidos por barragens foi e é um deles, concomitante a isso também surge seu projeto de Educação numa perspectiva de uma Pedagogia dos povos atingidos por barragem.

Já o uso as imagens fotográficas permite a contextualização visual do território estudado, onde os sujeitos locais são os produtores dessa localidade. Na forma de sequencia fotográfica, as imagens apresentam a comunidade ribeirinha sítio Cajá de Itatuba-PB que foi atingida pela implantação da barragem, onde resultou o deslocamento das famílias para reassentamento agrovilas.

Ao longo do tempo, de 2000 a 2024, a comunidade foi se reorganizando conjuntamente com o movimento local. Nesse percurso, houve algumas políticas compensatórias como a implantação de calçamento, o retorno de algumas famílias para a antiga localidade e da reestruturação dessa antiga localidade com a implantação de calçamento e da implantação de cisternas para água potável.

5. Sequência fotoetnográfica

FIGURA 1: O reassentamento em formato de agrovilas, sítio Cajá de Itatuba-PB, 2021.

Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 2: A implantação do calçamento no reassentamento agrovila pela gestão pública municipal, política pública conquistada através dos diálogos entre o Movimento dos Atingidos por Barragem da localidade, Ministério Público, Estado e o Município, 2021.
Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 3: A implantação do calçamento nas principais vias do reassentamento agrovila e as modificações da paisagem local, 2021.
Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 4: Ampliação do reassentamento com a construção de novas moradias pelos moradores, 2021. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 5: O alto do antigo Cajá, parte que não foi alagada pela barragem. A localidade é formada por famílias que permaneceram residindo após a barragem, partes dessas moradias são de antigas casas de taipa que atualmente vem recebendo ampliações, novas construções de moradias, implantação de cisternas e implantação de calçamento nas principais vias pela gestão pública municipal, e retorno de famílias para morar e trabalhar com a agricultura e pesca na localidade, 2021.

Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 6: Antiga casa de taipa e implantação de cisternas, 2021. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 7: Reformas e ampliações de moradias na localidade e o rio Paraíba onde as terras foram alagadas pela barragem, 2021. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 8: Construção de novas moradias na localidade, retorno de famílias a fazerem novas construções na localidade, 2021.
Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 9: Percurso em direção as margens do rio onde se localizava o centro da antiga comunidade Cajá, área que foi alagada pela barragem, 2021. Fonte: Acervo pessoal.



FIGURA 10: A água represada no rio Paraibinha, localidade que era estabelecido o centro da comunidade com equipamentos públicos como escola, posto de saúde, praça pública, igreja católica, estabelecimentos comerciais, 2021. Fonte: Acervo pessoal.



REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. *Ci. & Tróp.*, Recife, v.34, n. 2, p.207-226, 2010.

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. *Ci. & Trop.* Recife, v.39, n. 2, p. 41-72, 2015.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho*. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo / Miguel Gonzales Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. - Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007 167. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 23/04/2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Pública, Educação Alternativa, Educação Popular e Educação do Campo: caminhos e convergências desvios e divergências. In: FALEIRO, Wender; PIMENTA, Alexandro Rodrigues; COSTA, Antonio Cláudio Moreira (Orgs.). Encantos e desencantos após o Pronacampo: olhares sobre interfaces e contextos históricos. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. (p. 17-).

BRASIL. Decreto 7.352 de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA Nº 86, de 1º de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. DOU de 04/02/2013 (nº 24, Seção 1, pág. 28).

BARBOSA, Givanilton de Araújo. Imagens e memórias de atingidos por barragem: Contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba - PB. Dissertação do curso de mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (CCHLA/CCAIE), Universidade Federal da Paraíba-UFPB. João Pessoa-PB, 2021. 214p.

BARBOSA, G. A. ...[et al.]. A fotoetnografia em reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano. IN.: Relações entre Universidades e comunidades : o circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios / Organizadores: Alicia Ferreira Gonçalves ...[et al.]. - João Pessoa: Editora UFPB, 2021. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog>

BARBOSA, Andréa [et al.]. A experiência da imagem na etnografia. São Paulo: terceiro Nome, 2016.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. Trabalho Necessário. ano 2 - número 2 - 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF:

Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo. 2004.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. 2ª ed. , 5ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné - Melanésia. Prefácio de Sir James George Frazer; Traduções Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª edição; São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. Balinese Character. A Photographic Analysis, Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2 (1942).

MEDEIROS, Edileuza Custódio Rodrigues de. Registro da atuação do movimento dos atingido por barragens nos reassentamentos de Acauã: a alfabetização de jovens e adultos. Natal, 2010.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragem: atores, estratégias de luta e conquistas. In.: Anais do II seminário nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.

RODRIGUES, Rubens Luiz. Transformação social, educação emancipatória e escola pública. In: Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set/dez. 2008.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. PEDON, Nelson Rodrigo. TERRITÓRIO E IDENTIDADE. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 - n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania. Revista Direito e práxis. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Ramofly Bicalho. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais. Teias v. 18, n. 51, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, 2015.